Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

MP da discórdia

O governo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e Lira bem que tentaram colocar para análise apenas as medidas provisórias menos polêmicas. Mas, ainda assim, não deu. A briga entre o líder do União Brasil, Elmar Nascimento, e o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) pela relatoria da MP do Minha Casa Minha Vida ameaça atrasar essa votação.

A ordem dos fatores

Os congressistas esperam que o texto das novas regras fiscais chegue ao Congresso até a próxima segunda-feira. A ideia é aprovar esse tema a toque de caixa para que a Câmara possa se dedicar com mais afinco à reforma tributária.

Por falar em tributária...

A votação da emenda constitucional que juntará os impostos sobre o consumo é apenas a largada da reforma tributária que terá outros capítulos. É na segunda fase que o governo tentará emplacar a taxação sobre lucros e dividendos.

Janelas para investimentos

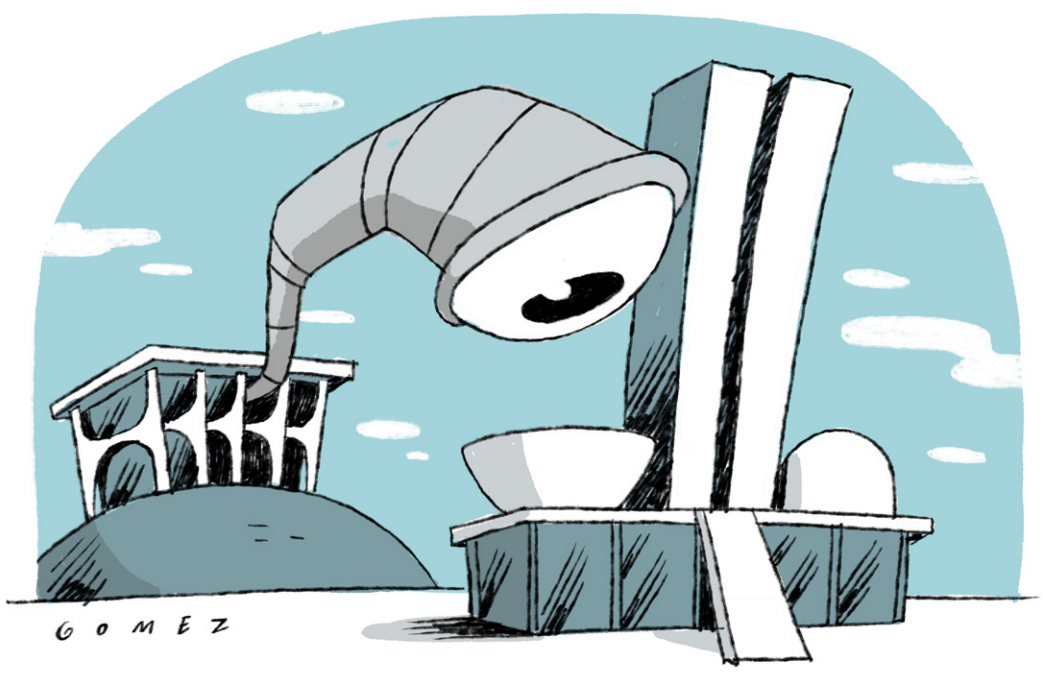
O governo brasileiro está esperançoso. Afinal, com o ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn no comando do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e Dilma Rousseff no banco dos BRICS, o Brasil terá dois espaços importantes com recursos para financiamento. E olha que, lá atrás, o PT tentou puxar o tapete de Goldfajn no BID.

Os blocos e o risco

O governo tem razão de acompanhar, com muita cautela, os blocos que se formam na Câmara. É que se as duas formações decidirem atuar em parceria na Casa, haverá uma maioria capaz de isolar, à esquerda, os partidos totalmente afinados com o governo e, à direita, o PL de Jair Bolsonaro. A contar pela conversa do presidente Arthur Lira (PP-AL) com seus aliados, é nesse sentido que ele jogará daqui até 2025, quando chegar a hora de eleger seu sucessor ao comando da Câmara.

A leitura de alguns, de que esse bloco maior é para se contrapor ao de 142 deputados, é considerada superficial pelos ases da política no Congresso. A ideia da nova formação é dar ao presidente da Câmara espaço para que possa comandar a própria sucessão. Se o futuro comandante da Casa sairá do bloco de 142 deputados ou daquele com 174, é algo para se verificar mais à frente. Quanto à base do governo, continuará diluída em parcelas de vários partidos.

Ampulheta: Lira tem tempo para organizar o jogo da própria sucessão. Quanto a Lula, tem mais pressa porque a economia e a popularidade cobram urgência. No caso da economia, os bons ventos para a bolsa de valores precisam de confiança para continuar nesse ritmo. A popularidade do governo, que apresentou um índice de ótimo e bom em 39% na pesquisa do Ipec desta semana, requer cuidados.



CURTIDAS

Ed Alves/CB/DA.Press



Brasil Competitivo emplaca uma/ Na mesma semana em que o vice-presidente Geraldo Alckmin **(foto)** destacou a importância da aprovação do Marco Legal das Garantias de Crédito, em tramitação no Senado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o governo pedirá urgência para esse projeto. A proposta faz parte da agenda da Frente Brasil Competitivo, anunciada num jantar, semana passada, com a presença de Alckmin.

O sedutor/ Na visita de Lula a Sergipe, o senador Laércio Oliveira (PP-SE) não foi ao aeroporto esperar o presidente. Ao encontrá-lo, depois, foi direto: "Presidente, não fui para não ser vaiado". Lula, então, do alto de quem já viu de tudo na política, respondeu: "Senador, entendo perfeitamente. O senhor não precisa de mim, tem oito anos de mandato. Quem precisa do senhor sou eu!"

Aliás.../ Sempre que conversa com representantes de partidos que não apoiaram diretamente sua candidatura, Lula se sai com esta: "Meus aliados já tenho. Preciso é que você me traga aos seus".

E o Bolsonaro, hein?/ O ex-presidente foi testar a popularidade numa padaria próxima ao condomínio onde mora. Saiu entusiasmado com a quantidade de pessoas que pediam para tirar selfies. Bolsonaro, aliás, vai começar a percorrer o país para alavancar candidatos a prefeitos país afora.

COMPRAS ON-LINE

Fazenda nega criação de taxa

Após série de críticas, ministério diz que não haverá nova tributação. A intenção, segundo a pasta, é reforçar a fiscalização

» RENATO SOUZA

O governo federal mobilizou aliados nas redes sociais para tentar conter uma onda de críticas provocada após a notícia de que está sendo preparada uma medida provisória para taxar compras on-line de até US$ 50 (R$ 250). A informação começou a ser disseminada na terça-feira e gerou preocupação nos consumidores. No fim da noite de ontem, o Ministério da Fazenda afirmou que não fará esse tipo cobrança, mas, sim, reforçará a fiscalização.

Falhas na comunicação do Executivo, assim como ausência de explicações sobre o que de fato está sendo articulado, provocaram uma enxurrada de críticas. A turbulência ocorreu enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, viajam à China.

No Twitter, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, afirmou que a taxação será apenas sobre empresas estrangeiras que enviam produtos ao Brasil, e não sobre os consumidores. No entanto, o temor é de que os custos sejam repassados para os compradores.

Na mira da medida provisória estão empresas chinesas, como o AliExpress e a Shein, que têm milhares de clientes no Brasil. O governo afirma que existe uma concorrência desleal e que essas companhias enviam itens sem informar o número de cadastro empresarial, como o CNPJ. Resolução da Receita Federal só isenta de impostos a venda de produtos entre pessoas físicas.

Em mensagens às quais o **Correio** teve acesso e repassadas a grupos de influenciadores aliados, integrantes do governo pedem a difusão nas redes sociais de dois pontos: que a taxação tem os objetivos de "combater a sonegação de impostos no comércio eletrônico" e do de "proteger empresas brasileiras, e o mais importante, proteger os trabalhadores".

O ministro da Secretaria de Comunicação, (Secom), Paulo Pimenta, afirmou nas redes sociais que "nada muda para quem importa legalmente".

Já o Ministério da Fazenda afirmou que reforçar a fiscalização contra eventuais fraudes. A pasta alegou, em nota, que a isenção para importações até o valor descrito jamais ocorreu.

"Nunca existiu isenção de US$ 50 para compras on-line do exterior. Portanto, não faz sentido afirmar que se pretende acabar com o que não existe. Nada muda para o comprador e para o vendedor on-line que atua na legalidade", diz um trecho do texto. "O que o Ministério da Fazenda pretende fazer é reforçar a fiscalização. A partir da medida provisória, o exportador vai ter de prestar declaração antecipada com dados do exportador e de quem compra, além do produto", completou.

A pasta também afirma que as mudanças previstas ocorrerão para coibir práticas ilegais. "Sobre o fim dos US$ 50 de isenção de pessoa física para pessoa física, o Ministério da Fazenda esclarece: esse benefício se aplica somente para envio de pessoa física para pessoa física. Se, com base nele, empresas estiverem fracionando as compras e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente. Com as alterações anunciadas, não haverá qualquer mudança para quem, atualmente, compra e vende legalmente pela internet", enfatizou.

A isenção para compras entre pessoas físicas, limitadas até o valor de US$ 50, está prevista na portaria 156, de 1999, do Ministério da Economia.

VISITA À CHINA

Lula se reúne amanhã com Xi Jinping

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou, ontem, em Xangai, na China, ao lado da primeira-dama, Rosângela da Silva. A viagem durou cerca de 30 horas e contou com escalas em Lisboa e em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes.

Na chegada, a comitiva, que inclui o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, foi recebida pela ex-presidente Dilma Rousseff e pelo vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng, e posaram para uma foto oficial.

A primeira agenda do presidente, em Xangai, foi a cerimônia de posse de Dilma no comando do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco de fomento do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Em seguida, ele participou de um almoço na sede do banco.

A ex-presidente já assumiu o comando do cargo, mas a solenidade de posse em Xangai foi adiada devido a problemas de saúde de Lula, que teve pneumonia. Dilma terminará o mandato de cinco anos de seu antecessor, Marcos Troyjo, indicado pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2020, e ficará à frente da instituição até 6 de julho de 2025.

Amanhã, Lula estará em Pequim, onde se reunirá com o presidente Xi Jinping. No retorno ao Brasil, no sábado, o avião presidencial vai pousar em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, para uma visita oficial.

A viagem tem como objetivo a busca por investimentos no país. Ao menos 20 acordos bilaterais deverão ser assinados durante a visita, entre eles, o que prevê a operação direta entre o real e o yuan, a moeda chinesa, sem necessidade de dolarização, com o intuito de facilitar o comércio entre os dois países.

Outras áreas de destaque incluem turismo e investimentos, além da construção do CBERS-6, o sexto de uma linha de satélites construídos em parceria entre Brasil e China. O diferencial do novo modelo é uma tecnologia que permite o monitoramento de biomas como a Floresta Amazônica mesmo com nuvens.

Há expectativa de que Lula trate, ainda, sobre a guerra da Ucrânia, na tentativa de formação do chamado "Clube da paz".

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, destacou ontem a importância da viagem de Lula à China. Segundo ele — que também chefia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) —, podem ser firmados acordos de cooperação em infraestrutura e até venda de aeronaves fabricadas no Brasil.

Ricardo Stuckert/PR



Lula e comitiva são recepcionados pelo vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng

"O Brasil é o quarto país do mundo a receber investimentos oriundos da China. Primeiro, os Estados Unidos; segundo, a Austrália; terceiro, o Reino Unido; e, em quarto, Brasil. E pode crescer muito", discursou, ao participar da abertura do Fórum ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base).